

PUBLICIDADE LEGAL

TRÊS TENTOS AGROINDUSTRIAL S/A
 Companhia Aberta - CNPJ nº 94.813.102/0001-70 NIRE 43300053504
Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica, e Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático, da Três Tentos Agroindustrial S.A.
EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO

A **TRÊS TENTOS AGROINDUSTRIAL S.A.** convoca os titulares das debêntures da sua 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, em série única, para distribuição pública, sob o rito de registro automático ("Debenturistas", "Debêntures" e "Emissão") para, em **primeira convocação**, se reunirem na Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD" ou "Assembleia"), observados os termos do artigo 71 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), e da Cláusula 9.1 do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica, em Série Única, para Distribuição Pública, Sob o Rito de Registro Automático, da Três Tentos Agroindustrial S.A.", celebrado em 5 de abril de 2024, entre a Companhia e a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, na qualidade de representante da comunhão dos interesses dos Debenturistas ("Agente Fiduciário"), conforme aditado ("Escritura de Emissão"), a ser realizada no dia **27 de maio de 2025, às 10h00 horas**, de forma digital, por meio da plataforma digital "TEN Meetings" ("Plataforma Digital"), por meio do link <https://assembleia.ten.com.br/284981497>, sem prejuízo da possibilidade de preenchimento e envio de instrução de voto previamente à realização da Assembleia, nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81" e "Instrução de Voto", respectivamente), a fim de examinar, discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Alteração da redação das definições de "Dívida Líquida" e "EBITDA", conforme previstas na Cláusula 6.1.2, item (xvii), da Escritura de Emissão, nos termos da Proposta da Administração. **Instruções Gerais: (a) Material de Apoio:** A administração da Companhia disponibilizará aos Debenturistas com antecedência em relação à realização da AGD, a **Proposta da Administração**, com informações adicionais sobre a AGD e a matéria constante da Ordem do Dia. A Proposta da Administração poderá ser encontrada no website da Companhia (<https://ri.3tentos.com.br/>), no website da CVM ou obtida por meio do Agente Fiduciário. **(b) Representação:** Nos termos do artigo 72, §1º, da Resolução CVM 81, poderão participar da AGD ora convocada os Debenturistas, por si, por seus representantes legais ou procurador, mediante o envio dos seguintes documentos, preferencialmente até o dia 25 de maio de 2025 ("Documentos de Representação"): (i) se **pessoa física**: documento de identidade com foto e, se for o caso, instrumento de procuração; (ii) se **pessoa jurídica**: cópia do estatuto social ou contrato social atualizado e documentos comprobatórios da regularidade da representação, bem como documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto; e (iii) se **fundo de investimento**: regulamento vigente e consolidado do fundo, estatuto ou contrato social do administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação (ata da eleição dos diretores, termo(s) de posse e/ou procuração), bem como documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto. Os documentos relacionados neste item deverão ser encaminhados pelos Debenturistas à Companhia e ao Agente Fiduciário, de forma digitalizada, por meio do link: <https://assembleia.ten.com.br/284981497>, sendo dispensada a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Debenturistas, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do Debenturista, a notarialização, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do Debenturista estrangeiro, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos através do website acima mencionado. **(c) Participação e Votação:** Os Debenturistas, seus representantes legais ou procuradores poderão participar da AGD por qualquer das formas abaixo: **Instrução de Voto:** Os Debenturistas poderão, a partir desta data e, preferencialmente, até o dia 25 de maio de 2025, exercer o direito de voto por meio do preenchimento e envio de Instrução de Voto, conforme modelo disponibilizado na Proposta da Administração e disponível no website da Companhia (<https://ri.3tentos.com.br/>). A Instrução de Voto deverá ser preenchida pelos Debenturistas e encaminhada aos cuidados da Companhia e do Agente Fiduciário por meio do link: <https://assembleia.ten.com.br/284981497>. Para que a Instrução de Voto seja considerada válida, é imprescindível que: (i) o preenchimento de todos os campos, incluindo a indicação do nome ou denominação social completa do Debenturista (se pessoa física ou pessoa jurídica, respectivamente) ou do gestor do fundo (se representante de fundo de investimentos), além do número do CPF ou do CNPJ e de indicação de telefone endereço de e-mail; (ii) o envio dos Documentos de Representação detalhados no item b) acima; e (iii) a Instrução de Voto esteja devidamente assinada pelo Debenturista ou pelo seu representante legal, conforme o caso, nos termos da legislação vigente, autorizada a assinatura de forma eletrônica (com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil). **Digitalmente:** Os Debenturistas e seus representantes legais deverão apresentar sua solicitação e cadastrar previamente por meio da Plataforma Digital, preferencialmente até o dia 25 de maio de 2025, com acesso pelo link <https://assembleia.ten.com.br/284981497>. Neste caso, o Debenturista poderá (i) simplesmente participar da AGD, tenha ou não enviado Instrução de Voto; ou (b) participar e votar na AGD, observando-se que, quanto ao Debenturista que já tenha enviado a Instrução de Voto e que, caso queira, vote na AGD via Plataforma Digital, todas as instruções de voto recebidas serão desconsideradas. Exercer o direito de voto por meio do preenchimento e envio de Instrução de Voto, conforme modelo disponibilizado na Proposta da Administração e disponível no website da Companhia (<https://ri.3tentos.com.br/>). A Instrução de Voto deverá ser preenchida pelos Debenturistas e encaminhada aos cuidados da Companhia e do Agente Fiduciário por meio do link: <https://assembleia.ten.com.br/284981497>. Para que a Instrução de Voto seja considerada válida, é imprescindível que: **(d) Esclarecimentos:** Eventuais esclarecimentos poderão ser obtidos por meio do endereço eletrônico ri@3tentos.com.br ou do telefone (55) 3372-3700 ou por meio dos canais de contato do Agente Fiduciário. Santa Bárbara do Sul/RS, 2 de maio de 2025.

Luiz Osório Dumoncel - Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio

PUBLICIDADE LEGAL

TEM DATA E LOCAL CERTO PARA SER PUBLICADA

Dê mais **credibilidade** e segurança à publicidade legal da sua empresa no Jornal do Comércio.

O 2º Caderno é publicado diariamente no digital e no impresso. Nosso portal oferece um ambiente confiável para a divulgação de atas, avisos, balanços, comunicados aos acionistas, convocações e editais. Tradição, credibilidade e tecnologia para garantir a segurança das suas publicações.

Escaneie o
QRCode
abaixo e entre
em contato:



WHATSAPP: (51) 3213-1342 | EMAIL: COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR

PUBLICIDADE LEGAL

ECORE BRASIL S/A CNPJ 43.421.955/0001-25 - NIRE 43 3 0006728 9

Edital de convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. Ficam os acionistas convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada de forma DIGITAL, às 9h, do dia 15/05/2025, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA: (a) Examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2024; (b) Destinar o resultado do exercício social encerrado em 31.12.2024; (c) Fixar a remuneração dos administradores.

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: (a) Eleger o presidente do Conselho de Administração; (b) Modificar o Estatuto Social, para adequar o texto a Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia; (c) Consolidar o Estatuto Social.

Instruções Gerais: (1) As demonstrações financeiras foram publicadas na forma da lei e poderão ser solicitadas para o e-mail legal@e-core.com; (2) Os acionistas receberão em seus e-mails as instruções para a participação na Assembleia por meio da plataforma Google Meet; (3) Os acionistas que forem representados por procuradores devem enviar o instrumento de mandato e os documentos comprobatórios da regularidade da nomeação em até 30 minutos antes do horário estipulado para a abertura dos trabalhos para o e-mail legal@e-core.com; (4) Informações adicionais a respeito da Assembleia poderão ser solicitadas para o e-mail legal@e-core.com.

Porto Alegre, RS, 05 de maio de 2025. Márcio Giovani da Silveira - Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio

ANUNCIE NO JC
 O ALCANCE QUALIFICADO
 QUE A SUA MARCA PRECISA



ENTRE EM
 CONTATO

WHATSAPP: (51) 3213-1342
 EMAIL: COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR



APFPAR Participações S.A.

(anteriormente denominada de Apdpar Participações Ltda.) CNPJ 25.117.100/0001-23

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
 Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da APFPAR Participações S.A. submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos adicionais. A Administração.

BALANÇO PATRIMONIAL - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 - (Em milhares de reais)						DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais)											
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado		Receita operacional líquida	Controladora		Consolidado		
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023		31/12/2024	31/12/2023			
Ativo circulante						Passivo circulante						20	-	-	2.671.163	2.678.235	
Caixa e equivalentes de caixa	4	12	37	540.039	645.886	Empréstimos e financiamentos	16	-	-	393.941	492.947	21	-	-	(1.725.630)	(1.717.109)	
Títulos e valores mobiliários	5	-	-	18.402	63.011	Instrumentos financeiros derivativos		-	-	1.790	-		-	-	-	-	
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	19.613	-	Fornecedores		-	-	267.388	146.576		-	-	945.533	961.126	
Contas a receber de clientes	6	-	-	460.826	424.071	Contas a pagar a partes relacionadas	9	-	-	-	7.364		-	-	-	-	
Ativo de contrato		-	-	3.421	2.157	Obrigações fiscais e sociais	17	4	15	168.468	125.456		21	(86)	(3)	(277.740)	(246.320)
Contas a receber de partes relacionadas	9	-	-	1.836	965	Obrigações e provisões trabalhistas		-	-	33.552	26.268		21	(86)	(3)	(271.322)	(253.847)
Estoques	7	-	-	722.820	508.887	Dividendos propostos		29.355	3.954	34.718	4.362		11	97.024	204.122	(129.299)	188.048
Impostos a recuperar	8	133	47	132.595	83.599	Débitos com partes relacionadas	9	-	-	3.158	21.572		21	-	-	43.270	24.383
Despesas antecipadas		-	-	10.718	8.859	Passivo de direito de uso	15	-	-	10.581	11.550		22	96.938	204.119	280.442	673.390
Dividendos a receber		-	1.663	-	-	Outras contas a pagar		-	-	52.185	76.601		22	(1.315)	(3)	(419.327)	(547.197)
Outras contas a receber		505	-	70.165	28.026	Passivo não circulante		29.359	3.969	965.781	912.696		22	96.379	204.174	264.999	439.653
		650	1.747	1.980.435	1.765.461	Empréstimos e financiamentos	16	-	-	1.081.481	844.690		23	-	(12)	(81.494)	(40.930)
Ativo não circulante						Fornecedores		-	-	7.234	26.120		23	-	-	(10.614)	5.987
Aplicações financeiras	5	-	-	112.670	17.911	Obrigações fiscais e sociais	17	-	-	7.234	26.120			-	-	(10.614)	5.987
Contas a receber de clientes	6	-	-	120.276	45.103	Débitos com partes relacionadas	9	1.069	4.280	55.942	42.946			-	-	172.891	404.710
Ativo de contrato		-	-	24.709	17.615	Impostos diferidos	23	-	-	117.057	110.635			-	-	-	-
Impostos a recuperar	8	-	-	26.475	28.676	Provisão para litígios	18	-	-	4.224	7.238			-	-	-	-
Impostos diferidos	23	-	-	72.070	68.936	Passivo de direito de uso	15	-	-	7.873	12.121			-	-	-	-
Créditos com partes relacionadas	9	5.752	5.000	9.602	9.872	Outras contas a pagar		20.000	30.000	25.128	35.017			-	-	-	-
Outros créditos	10/17	-	-	86.810	61.068	Patrimônio líquido	19	-	-	21.069	34.280			-	-	-	-
		5.752	5.000	452.612	249.181	Capital social		528.709	528.709	528.709	528.709			-	-	-	-
Investimentos	11	891.668	622.188	517.524	302.515	Reservas de lucros		195.905	-	195.905	-			-	-	-	-
Propriedades para investimento	12	-	-	66.993	66.410	Outros resultados abrangentes		123.028	(87.139)	123.028	(87.139)			-	-	-	-
Imobilizado	13	-	-	753.330	647.049	Lucros acumulados		-	149.116	-	149.116			-	-	-	-
Intangível	14	-	-	78.722	57.963	Total da participação dos controladores		847.642	590.686	847.642	590.686			-	-	-	-
Ativos de direito de uso	15	-	-	17.238	21.841	Participação de acionistas não controladores		-	754.487	-	754.487			-	-	-	-
		897.420	627.188	1.886.419	1.344.959	Total do patrimônio líquido		847.642	590.686	1.602.129	1.118.941			-	-	-	-
Total do ativo		898.070	628.935	3.866.854	3.110.420	Total do passivo e patrimônio líquido		898.070	628.935	3.866.854	3.110.420			-	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 - (em milhares de reais)							
Saldos em 31 de dezembro de 2022	Nota	Controladores			Lucros acumulados	Participação dos não controladores	Total do Patrimônio Líquido
		Capital social	Reserva de lucros legal	Reserva especial			
Aumento do capital social		368.237	-	-	(305.000)	63.237	63.237
Participação minoritária oriunda da consolidação MTLA		-	-	-	-	-	5.205
Incorporação da empresa Arpal Participações S.A.		-	-	-	(52.533)	(52.533)	(78.848)
Outros resultados abrangentes	19.c	-	-	-	(104.324)	(104.324)	(93.422)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	204.162	204.162	200.548
Destinações:							
Dividendos obrigatórios propostos		-	-	-	-	-	(2.938)
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	(491)
Dividendos adicionais de anos anteriores pagos		-	-	-	(31.389)	(31.389)	(6.619)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		528.709	-	-	(87.139)	590.686	528.255
Aquisição de ações		-	-	-	-	-	(46)
Redução do capital		-	-	-	-	-	(132)
AFAC – Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	-	-	3.499
Outros resultados abrangentes	19.c	-	-	-	210.167	210.167	181.907
Lucro líquido do exercício		-	-	-	96.379	96.379	76.512
Destinações:							
Reserva legal	19.b	-	4.819	-	(4.819)	-	(2.817)
Dividendos obrigatórios propostos	19.d	-	-	-	(22.890)	(22.890)	(629)
Dividendos adicionais de anos anteriores pagos	19.d	-	-	-	(26.700)	(26.700)	(32.062)
Constituição de reserva especial	19.b	-	-	191.086	(191.086)	-	(58.762)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		528.709	4.819	191.086	123.028	847.642	754.487

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 - (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A APFPAR Participações S.A. ("Companhia"), com sede na Av. Severo Dullius, 1395, sala 2, 9º andar, Porto Alegre/RS, tem como objeto social a participação no capital social de outras sociedades, como acionista ou quotista, e administração de bens móveis e imóveis. Em 13 de março de 2024, realizou-se a 5ª alteração contratual em que os sócios aprovaram a transformação do tipo jurídico da Sociedade, de sociedade empresária limitada para sociedade anônima de capital fechado, e a alteração da razão social da Companhia, de APDPAR Participações Ltda para APFPAR Participações S.A. 1.1. Transações relevantes no exercício: Contrato de mútuo: Em 24 de janeiro de 2024, foi firmado contrato de empréstimo entre partes relacionadas, a controlada Paludo Participações S.A. e Vipal S.A., controlada indireta da Borrachas Vipal, no valor de AR\$12.645.400 (milhares de pesos argentinos), equivalentes a R\$75.822. A operação foi autorizada nesta mesma data pelo Conselho de Administração da Borrachas Vipal S.A. Em 08 de abril de 2024, foi firmado um segundo mútuo com a Vipal S.A., no valor de AR\$1.700.000 (milhares de pesos argentinos), equivalentes a R\$9.921. Os contratos são remunerados à taxa de 3% e 5% a.a., com vencimento em 31 de outubro de 2027. Em 31 de janeiro de 2024, a controlada indireta Vipal S.A. adquiriu títulos argentinos, referentes ao Bonos Bopreal Série 1, no montante de USD8.189 (milhares de dólares) e equivalentes a R\$40.801, com taxa de rendimento de 5% a.a. Em 21 de março de 2024, foi adquirida a Série 3, no valor de USD7.970 (milhares de dólares) equivalentes a R\$39.706, com rendimento de 3% a.a. Os títulos argentinos, possuem data de vencimento estimada em novembro de 2025, fevereiro e maio de 2026 e abril e outubro de 2027. Assunção de dívida: Em 16 de abril de 2024, foi aprovado pelo Conselho de Administração da controlada indireta Borrachas Vipal S.A. a realização da Assunção, contrato de confissão de dívida e outras avenças, em que a Borrachas Vipal S.A. assume e confessa a dívida decorrente do mútuo firmado pela Vipal S.A. perante a controlada Paludo Participações S.A. Com isso, a Borrachas Vipal S.A. passou a deter créditos em relação a sua controlada, Vipal S.A., e um contas a pagar com a controlada Paludo Participações S.A. Os créditos assumidos foram capitalizados na controlada indireta, Vipal S.A., com objetivo de liquidar a dívida entre as partes e esta transação foi registrada como integralização de capital social na Vipal S.A. no montante de R\$86.915. Cessão de títulos Bopreal: Em 17 de setembro de 2024, foi realizada a cessão parcial dos títulos, Bonos Bopreal, que estavam em posse da Vipal S.A. para a Borrachas Vipal S.A., no montante de USD13.937 (milhares de dólares) equivalentes a R\$75.923. A cessão dos referidos títulos foi registrada à rubrica de aplicações financeiras no não circulante no balanço patrimonial da controlada indireta Borrachas Vipal S.A. e em contrapartida foi realizada a liquidação com o saldo de contas a receber da controlada indireta Vipal S.A. A transação foi aprovada em reunião do Conselho de Administração da controlada indireta Borrachas Vipal S.A., datada em 14 de agosto de 2024. Em 10 de outubro de 2024, o mútuo firmado entre a controlada Paludo Participações S.A. e a controlada indireta Borrachas Vipal S.A. foi liquidado parcialmente no montante de USD14.256 (milhares de dólares) (US\$13.937 principal e US\$319 de juros), equivalentes a R\$79.575 na data da operação por meio de cessão dos referidos títulos Bonos Bopreal para a controlada Paludo Participações S.A. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo contábil desta operação totaliza USD14.007 (milhares de dólares), equivalentes a R\$86.737. Em 31 de dezembro de 2024, a controlada Paludo Participações S.A. possui saldo de mútuo a receber no montante de R\$12.698 com a controlada indireta Borrachas Vipal S.A., referente às aplicações financeiras em títulos Bonos Bopreal. Aquisição de Debêntures: Em 21 de março de 2024, a controlada Paludo Participações S.A. adquiriu Debêntures no montante de USD2.300 (milhares de dólares), equivalentes a R\$14.849. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo contábil desta operação totaliza R\$14.078, com rendimento de 6,25% a.a. **Enchentes no Estado do Rio Grande do Sul:** Durante o mês de maio de 2024, o estado do Rio Grande do Sul foi afetado por um período de fortes e contínuas chuvas que consequentemente causaram enchentes generalizadas em diversas regiões do estado. A Companhia e suas controladas diretas e indiretas acompanharam os impactos destes eventos e em especial atenção a eventos que propiciaríamos riscos a continuidade das operações e de seus colaboradores. Apesar dos grandes desafios, as atividades industriais foram mantidas e não se observou oscilações em seu desempenho produtivo e econômico, não sendo impactada diretamente pelas enchentes. Em apoio às comunidades afetadas, entidades e colaboradores, foram realizadas algumas ações em conjunto com seus parceiros em prol das famílias e municípios atingidos.

2. Sumário das principais políticas contábeis: 2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância aos pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. As políticas contábeis, estimativas e julgamentos, gestão de riscos e métodos de mensuração são os mesmos que aqueles adotados na elaboração das últimas demonstrações financeiras anuais. Todos os pronunciamentos em vigor na data de elaboração das demonstrações financeiras foram aplicados pela Companhia e suas Controladas direta e indiretas. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamentos da Administração da Companhia. A conclusão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi autorizada em reunião de Diretoria realizada em 29 de abril de 2025. 2.2. Bases de consolidação: As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das Controladas:

	2024	2023
Empresa	Percentual de participação - direta	Percentual de participação - direta
Alpar Participações Ltda.	94,254	94,254
Paludo Participações S.A.	53,604	52,757

As demonstrações financeiras das Controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis uniformes e consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos entre as empresas, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as empresas, são eliminados por completo. 2.3. Participação em Joint Ventures: A controlada Paludo Participações S.A., mantém participação em joint ventures, na qual os empreendedores mantêm acordo contratual que estabelece o controle conjunto de várias atividades das Companhias. As demonstrações financeiras das joint ventures são preparadas para o mesmo período de divulgação. Os ajustes são efetuados, quando necessário, para alinhar as políticas contábeis com as adotadas pela Controlada bem como para eliminar ganhos e perdas não realizados sobre transações entre as empresas. Perdas em transações são reconhecidas imediatamente se a perda fornece evidências de redução do valor realizável de ativos. 2.4. Reconhecimento de receita: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. Venda de produtos e prestação de serviços: A receita de venda de produtos e prestação de serviços é reconhecida pelo valor que reflete a expectativa que as Controladas diretas e indiretas têm de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes.

Receita de juros: Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. 2.5. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira: Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais que é a moeda funcional da Companhia. As demonstrações financeiras das Controladas diretas e indiretas localizadas no exterior são convertidas para Reais (BRL) pela taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e os resultados apurados pelas taxas médias mensais dos exercícios, sendo os efeitos dessa conversão registrados em conta específica do patrimônio líquido da controladora. Economia hiperinflacionária: Para fins de conversão dos saldos contábeis das unidades na Argentina para a moeda de apresentação (Reais (BRL) utilizada nas demonstrações financeiras contábeis da controlada Paludo Participações S.A., e da controlada indireta Borrachas Vipal S.A., foram adotados os seguintes procedimentos requeridos pelo CPC 02 (R2) / IAS 21 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras: • Os montantes de ativos, passivos e itens do patrimônio líquido foram convertidos pela taxa de câmbio da data de encerramento do exercício de \$0,006012 Pesos argentinos por Reais em 31 de dezembro de 2024 (\$0,005992 em 31 de dezembro de 2023); e • Os montantes de receitas e despesas do exercício foram convertidos pela taxa de câmbio da data de encerramento do exercício de \$0,006012 Pesos argentinos por Reais em 31 de dezembro de 2024 (\$0,005992 em 31 de dezembro de 2023). Correção Monetária por hiperinflação – CPC 42 / IAS 29: Com inflação acumulada superior a 100% nos últimos três anos na Argentina, a aplicação do CPC 42 / IAS 29 - Contabilidade em economia hiperinflacionária - passou a ser requerida no exercício de 2018 para as unidades da Controlada direta e indireta nesse país. A inflação acumulada no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de 117,8% (211,4% em 31 de dezembro de 2023), conforme IPC. Considerando que as Demonstrações Financeiras da coligada indireta FATE S.A.I.C.I. não atendem as práticas adotadas no Brasil, o impacto da hiperinflação foi considerado como variação cambial e registrado em "outros resultados abrangentes", no patrimônio líquido. O efeito em 2024 foi um ganho de R\$343.646 (perda de R\$179.053 em 2023). Transações denominadas em moeda estrangeira: Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (Real - BRL) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. 2.6. Estoques: Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede ao seu valor de mercado. As perdas estimadas para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. 2.7. Investimento: Os investimentos em Controladas são avaliados por equivalência patrimonial, conforme CPC18 (R3) / IAS 18, para fins de demonstrações financeiras da controladora. Estes investimentos são deduzidos de provisão para perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. 2.8. Imobilizado: O imobilizado está avaliado ao custo de aquisição. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, às taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. 2.9. Ágio, mais valia e outros ativos intangíveis: Ágio: O ágio apurado em aquisição de investimento é inicialmente mensurado como o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos a valor justo adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). O ágio não é amortizado, sendo sujeito a testes de perda por desvalorização anual e sempre que existirem indícios de eventual perda de valor. O ágio é registrado como ativo e incluído nas contas de "intangível", no consolidado. Em situações de venda de uma controlada, entidade controlada em conjunto, ou coligada, o ágio será incluído na determinação dos ganhos e perdas. Mais valia de ativos: Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados pelo valor justo, deduzido da amortização acumulada e de perdas pela não recuperabilidade, quando aplicável. A mais valia de ativos é reclassificada para as rubricas correspondentes, no consolidado. Outros ativos intangíveis: são avaliados ao custo de aquisição e subsequentemente deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são compostos principalmente por software e outros. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita o benefício econômico do ativo intangível. 2.10. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. 2.11. Provisões: Geral: Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas Controladas têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. 2.12. Tributação: Impostos sobre vendas: Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: • quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; • quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas, e • o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas	
	Controladora	Consolidado
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	-	7% a 18%
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados	-	0% a 18%
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	7,6%	3% a 9,50%
PIIS - Programa de Integração Social	1,65%	0,65% a 2%
IVA - Imposto sobre Valor Adicionado (Exterior)	-	0,50% a 22%

Imposto de renda e contribuição social correntes: A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes no Brasil na data de apresentação das demonstrações financeiras e nos países onde as controladas direta e indiretas da Companhia operam e geram resultado tributável. Impostos diferidos: Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 - (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	3	

»»» Continuação		NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 - (Em milhares de reais)																																																																																																																							
24. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro: Classificação dos instrumentos financeiros: A controlada indireta Borrachas Vival S.A. mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir. A Controlada indireta não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A Controlada e suas Controladas usam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: Nível 1: preços cotados (sem ajuste) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Gerenciamento de risco: As atividades de gerenciamento de riscos seguem a política de gestão de risco das controladas, sob a administração dos seus diretores e o Conselho de Administração da controlada indireta Borrachas Vival S.A.. A administração destes riscos é efetuada com base na política de controle, que estabeleça as técnicas de acompanhamento, mensuração e monitoramento contínuo da exposição. Não houve alterações quanto às políticas ou processos em 31 de dezembro de 2024 em relação a 31 de dezembro de 2023. A Controlada indireta possui exposição a riscos associados à utilização de seus instrumentos financeiros, conforme descrito a seguir: Risco de crédito: Decorre da possibilidade de a Controlada indireta sofrer perdas oriundas de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a controlada indireta adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Controlada indireta somente realiza operações com instituições financeiras consideradas pela Administração como de baixo risco. No caso de constatação de risco iminente de não realização destes ativos, a Controlada indireta registra provisões para trazê-los ao seu valor provável de realização. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Controlada indireta de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela Diretoria Executiva objetivando minimizar a concentração de riscos e mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos: Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pelas controladas indiretas e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos das Controladas indiretas. Para mitigar esses riscos, as controladas indiretas monitoram permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços. Risco de taxa de juros: Com finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores dos empréstimos das Controladas indiretas foram definidos três cenários diferentes. A análise de sensibilidade dos juros utilizou como cenário provável as taxas projetadas pelo Banco Central para o ano seguinte, e os cenários possível e remoto levam em consideração uma variação nessa taxa de 25% e 50% respectivamente. Risco de taxa de câmbio: Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pelas controladas indiretas para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros, principalmente do dólar norte-americano, que encerrou o ano de 2024 com ganho de 27,9%. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, as controladas indiretas Borrachas Vival S.A. e Borrachas Vival Nordeste S.A. tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. As Controladas indiretas avaliam permanentemente a contratação de operações de <i>hedge</i> para mitigar esses riscos. Não havia instrumentos dessa natureza contratados nas datas dos balanços, para mitigar riscos de taxa de câmbio. Abaixo está demonstrada a exposição cambial das Controladas indiretas para operações em moedas estrangeiras: <table border="1" style="width: 100%; margin-top: 10px;"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/2024</th> <th>31/12/2023</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>A. Ativos líquidos em dólares norte-americanos</td> <td>83.717</td> <td>64.055</td> </tr> <tr> <td>B. Empréstimos/financiamentos em dólares norte-americanos e euros</td> <td>(27.947)</td> <td>(49.584)</td> </tr> <tr> <td>C. Superávit/Déficit apurado (A+B)</td> <td>55.770</td> <td>14.471</td> </tr> </tbody> </table> Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira: A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma variação que possa ocorrer na taxa de câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, do lucro Consolidado antes da tributação (e do patrimônio líquido). Também são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado, mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários foram definidos com base <table border="1" style="width: 100%; margin-top: 10px;"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/2024</th> <th>31/12/2023</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Lucro antes da tributação</td> <td>345.214</td> <td>431.657</td> </tr> <tr> <td>Imposto de renda</td> <td>(86.443)</td> <td>(172.886)</td> </tr> <tr> <td>Lucro líquido</td> <td>258.771</td> <td>258.771</td> </tr> <tr> <td>Imposto de renda</td> <td>(172.886)</td> <td>(172.886)</td> </tr> <tr> <td>Lucro líquido</td> <td>85.885</td> <td>85.885</td> </tr> </tbody> </table>								31/12/2024	31/12/2023	A. Ativos líquidos em dólares norte-americanos	83.717	64.055	B. Empréstimos/financiamentos em dólares norte-americanos e euros	(27.947)	(49.584)	C. Superávit/Déficit apurado (A+B)	55.770	14.471		31/12/2024	31/12/2023	Lucro antes da tributação	345.214	431.657	Imposto de renda	(86.443)	(172.886)	Lucro líquido	258.771	258.771	Imposto de renda	(172.886)	(172.886)	Lucro líquido	85.885	85.885																																																																																					
	31/12/2024	31/12/2023																																																																																																																							
A. Ativos líquidos em dólares norte-americanos	83.717	64.055																																																																																																																							
B. Empréstimos/financiamentos em dólares norte-americanos e euros	(27.947)	(49.584)																																																																																																																							
C. Superávit/Déficit apurado (A+B)	55.770	14.471																																																																																																																							
	31/12/2024	31/12/2023																																																																																																																							
Lucro antes da tributação	345.214	431.657																																																																																																																							
Imposto de renda	(86.443)	(172.886)																																																																																																																							
Lucro líquido	258.771	258.771																																																																																																																							
Imposto de renda	(172.886)	(172.886)																																																																																																																							
Lucro líquido	85.885	85.885																																																																																																																							
na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos.																																																																																																																									
<table border="1" style="width: 100%; margin-top: 10px;"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Operação</th> <th colspan="3">Aumento de taxa</th> <th colspan="3">Redução de taxa</th> </tr> <tr> <th>Cenário Provável</th> <th>Cenário Possível</th> <th>Cenário Remoto</th> <th>Cenário Possível</th> <th>Cenário Remoto</th> <th>Cenário</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Taxa</td> <td></td> <td>+25%</td> <td>+50%</td> <td>-25%</td> <td>-50%</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Dólar</td> <td>6,19</td> <td>7,74</td> <td>9,29</td> <td>4,64</td> <td>3,1</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Superávit apurado</td> <td>345.214</td> <td>431.657</td> <td>518.100</td> <td>258.771</td> <td>172.886</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Efeito do lucro antes da tributação</td> <td>-</td> <td>86.443</td> <td>172.886</td> <td>(86.443)</td> <td>(172.328)</td> <td></td> </tr> </tbody> </table> Risco de liquidez: O risco de liquidez consiste na eventualidade das Controladas diretas e indiretas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa das Controladas diretas e indiretas é monitorado diariamente pela tesouraria, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para ambas. O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro consolidado em 31 de dezembro de 2024 com base nos pagamentos contratuais não descontados. <table border="1" style="width: 100%; margin-top: 10px;"> <thead> <tr> <th></th> <th>Menos de 1 ano</th> <th>1 a 5 anos</th> <th>Mais de 5 anos</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Empréstimos</td> <td>393.941</td> <td>1.043.688</td> <td>37.793</td> <td>1.475.422</td> </tr> <tr> <td>Fornecedores</td> <td>267.388</td> <td>5</td> <td>-</td> <td>267.393</td> </tr> <tr> <td></td> <td>661.329</td> <td>1.043.693</td> <td>37.793</td> <td>1.742.815</td> </tr> </tbody> </table> Instrumentos financeiros derivativos: A controlada indireta Borrachas Vival S.A. avalia constantemente a contratação de operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar riscos inerentes à sua operação. Em 2024, a Controlada indireta contratou operações de swap, visando a proteção da variação cambial de empréstimos contratado em moeda estrangeira. Abaixo estão apresentados os ganhos e perdas alocados no resultado financeiro, por seu valor justo, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. <table border="1" style="width: 100%; margin-top: 10px;"> <thead> <tr> <th>Instrumento</th> <th>Notional</th> <th>Vencimento</th> <th>Consolidado 2024</th> <th>2023</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Swap cambial</td> <td>99.725</td> <td>18/06/2029</td> <td>9.756</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Swap cambial</td> <td>24.407</td> <td>15/08/2028</td> <td>2.564</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Swap cambial</td> <td>20.000</td> <td>17/09/2029</td> <td>(1.790)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Swap cambial</td> <td>109.000</td> <td>29/09/2028</td> <td>7.293</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td>17.823</td> <td>-</td> </tr> </tbody> </table> Gestão de capital: Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que as Controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, as Controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. Os objetivos das Controladas, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar a capacidade de continuidade, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal. O passivo consolidado da Companhia para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentado a seguir: <table border="1" style="width: 100%; margin-top: 10px;"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/2024</th> <th>31/12/2023</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Empréstimos e financiamentos</td> <td>1.475.422</td> <td>1.337.637</td> </tr> <tr> <td>(-) Caixa e equivalentes de caixa</td> <td>(540.039)</td> <td>(645.886)</td> </tr> <tr> <td>(-) Aplicações financeiras</td> <td>(131.072)</td> <td>(80.922)</td> </tr> <tr> <td>Instrumentos financeiros derivativos – SWAP</td> <td>(17.823)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Divida líquida (A)</td> <td>786.488</td> <td>610.829</td> </tr> <tr> <td>Total do patrimônio líquido (B)</td> <td>1.602.129</td> <td>1.118.941</td> </tr> <tr> <td>Relação endividamento líquida sobre patrimônio líquido (A/B)</td> <td>0,49</td> <td>0,55</td> </tr> </tbody> </table> 25. Subvenções governamentais: A controlada indireta Borrachas Vival Nordeste S.A. goza de incentivos fiscais descritos abaixo. Desenvolve: O Governo do Estado da Bahia, através da Lei nº 7.980 de 12 de dezembro de 2001, instituiu o programa de desenvolvimento industrial e de integração econômica do Estado da Bahia – DESENVOLVE, o qual foi concedido à Controlada Indireta. Os valores apurados a título de incentivo são registrados na rubrica de ICMS a recolher em contrapartida ao resultado, na rubrica deduções de vendas e impostos, não sendo mais necessária a constituição de reserva de patrimônio líquido ou a tributação de imposto sobre sua distribuição mediante a medida judicial do processo nº 1017128-66.2019.4.01.3304. Em 2024, o montante total relativo a este incentivo, registrado no resultado do exercício da Controlada Indireta, foi de R\$116.461 (R\$118.851 em 2023). Em 18 de dezembro de 2018, a controlada indireta obteve a renovação do incentivo Desenvolve.							Operação	Aumento de taxa			Redução de taxa			Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto	Cenário Possível	Cenário Remoto	Cenário	Taxa		+25%	+50%	-25%	-50%		Dólar	6,19	7,74	9,29	4,64	3,1		Superávit apurado	345.214	431.657	518.100	258.771	172.886		Efeito do lucro antes da tributação	-	86.443	172.886	(86.443)	(172.328)			Menos de 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Empréstimos	393.941	1.043.688	37.793	1.475.422	Fornecedores	267.388	5	-	267.393		661.329	1.043.693	37.793	1.742.815	Instrumento	Notional	Vencimento	Consolidado 2024	2023	Swap cambial	99.725	18/06/2029	9.756	-	Swap cambial	24.407	15/08/2028	2.564	-	Swap cambial	20.000	17/09/2029	(1.790)	-	Swap cambial	109.000	29/09/2028	7.293	-				17.823	-		31/12/2024	31/12/2023	Empréstimos e financiamentos	1.475.422	1.337.637	(-) Caixa e equivalentes de caixa	(540.039)	(645.886)	(-) Aplicações financeiras	(131.072)	(80.922)	Instrumentos financeiros derivativos – SWAP	(17.823)	-	Divida líquida (A)	786.488	610.829	Total do patrimônio líquido (B)	1.602.129	1.118.941	Relação endividamento líquida sobre patrimônio líquido (A/B)	0,49	0,55
Operação	Aumento de taxa			Redução de taxa																																																																																																																					
	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto	Cenário Possível	Cenário Remoto	Cenário																																																																																																																			
Taxa		+25%	+50%	-25%	-50%																																																																																																																				
Dólar	6,19	7,74	9,29	4,64	3,1																																																																																																																				
Superávit apurado	345.214	431.657	518.100	258.771	172.886																																																																																																																				
Efeito do lucro antes da tributação	-	86.443	172.886	(86.443)	(172.328)																																																																																																																				
	Menos de 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total																																																																																																																					
Empréstimos	393.941	1.043.688	37.793	1.475.422																																																																																																																					
Fornecedores	267.388	5	-	267.393																																																																																																																					
	661.329	1.043.693	37.793	1.742.815																																																																																																																					
Instrumento	Notional	Vencimento	Consolidado 2024	2023																																																																																																																					
Swap cambial	99.725	18/06/2029	9.756	-																																																																																																																					
Swap cambial	24.407	15/08/2028	2.564	-																																																																																																																					
Swap cambial	20.000	17/09/2029	(1.790)	-																																																																																																																					
Swap cambial	109.000	29/09/2028	7.293	-																																																																																																																					
			17.823	-																																																																																																																					
	31/12/2024	31/12/2023																																																																																																																							
Empréstimos e financiamentos	1.475.422	1.337.637																																																																																																																							
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(540.039)	(645.886)																																																																																																																							
(-) Aplicações financeiras	(131.072)	(80.922)																																																																																																																							
Instrumentos financeiros derivativos – SWAP	(17.823)	-																																																																																																																							
Divida líquida (A)	786.488	610.829																																																																																																																							
Total do patrimônio líquido (B)	1.602.129	1.118.941																																																																																																																							
Relação endividamento líquida sobre patrimônio líquido (A/B)	0,49	0,55																																																																																																																							
<table border="1" style="width: 100%; margin-top: 10px;"> <thead> <tr> <th colspan="2">FATE S.A.I.C.I.</th> <th colspan="2">FATE Pneus Brasil S.A.</th> </tr> <tr> <th>31/12/2024</th> <th>31/12/2023</th> <th>31/12/2024</th> <th>31/12/2023</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Ativo circulante</td> <td>951.691</td> <td>893.840</td> <td>16.666</td> <td>18.564</td> </tr> <tr> <td>Ativo não circulante</td> <td>649.759</td> <td>237.290</td> <td>14.939</td> <td>16.844</td> </tr> <tr> <td>Passivo circulante</td> <td>456.735</td> <td>504.256</td> <td>387</td> <td>515</td> </tr> <tr> <td>Passivo não circulante</td> <td>119.402</td> <td>42.827</td> <td>8.395</td> <td>8.395</td> </tr> <tr> <td>Patrimônio líquido</td> <td>1.025.313</td> <td>584.047</td> <td>22.823</td> <td>26.498</td> </tr> <tr> <td>Receita líquida</td> <td>1.921.045</td> <td>1.453.967</td> <td>7.790</td> <td>7.516</td> </tr> <tr> <td>Custo dos produtos vendidos</td> <td>(1.359.462)</td> <td>(734.411)</td> <td>(7.232)</td> <td>(6.254)</td> </tr> <tr> <td>Receitas e despesas operacionais</td> <td>(905.617)</td> <td>(143.867)</td> <td>(3.199)</td> <td>(3.587)</td> </tr> <tr> <td>Impostos sobre lucro</td> <td>83.983</td> <td>(189.497)</td> <td>(1.034)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</td> <td>(260.051)</td> <td>386.192</td> <td>(3.675)</td> <td>(2.325)</td> </tr> </tbody> </table> 27. Cobertura de seguros: As Controladas, com base na avaliação de seus consultores, mantêm coberturas de seguros por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir riscos sobre seus ativos próprios, alugados e de responsabilidade civil. <table border="1" style="width: 100%; margin-top: 10px;"> <thead> <tr> <th>Risco</th> <th>Limite 31/12/2024</th> <th>31/12/2023</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Incêndio e riscos diversos</td> <td>663.179</td> <td>545.155</td> </tr> <tr> <td>Lucros cessantes</td> <td>185.242</td> <td>91.884</td> </tr> <tr> <td>Responsabilidade civil administradores</td> <td>50.000</td> <td>50.000</td> </tr> <tr> <td>Responsabilidade civil geral</td> <td>10.000</td> <td>8.000</td> </tr> </tbody> </table>							FATE S.A.I.C.I.		FATE Pneus Brasil S.A.		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	Ativo circulante	951.691	893.840	16.666	18.564	Ativo não circulante	649.759	237.290	14.939	16.844	Passivo circulante	456.735	504.256	387	515	Passivo não circulante	119.402	42.827	8.395	8.395	Patrimônio líquido	1.025.313	584.047	22.823	26.498	Receita líquida	1.921.045	1.453.967	7.790	7.516	Custo dos produtos vendidos	(1.359.462)	(734.411)	(7.232)	(6.254)	Receitas e despesas operacionais	(905.617)	(143.867)	(3.199)	(3.587)	Impostos sobre lucro	83.983	(189.497)	(1.034)	-	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(260.051)	386.192	(3.675)	(2.325)	Risco	Limite 31/12/2024	31/12/2023	Incêndio e riscos diversos	663.179	545.155	Lucros cessantes	185.242	91.884	Responsabilidade civil administradores	50.000	50.000	Responsabilidade civil geral	10.000	8.000																																										
FATE S.A.I.C.I.		FATE Pneus Brasil S.A.																																																																																																																							
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023																																																																																																																						
Ativo circulante	951.691	893.840	16.666	18.564																																																																																																																					
Ativo não circulante	649.759	237.290	14.939	16.844																																																																																																																					
Passivo circulante	456.735	504.256	387	515																																																																																																																					
Passivo não circulante	119.402	42.827	8.395	8.395																																																																																																																					
Patrimônio líquido	1.025.313	584.047	22.823	26.498																																																																																																																					
Receita líquida	1.921.045	1.453.967	7.790	7.516																																																																																																																					
Custo dos produtos vendidos	(1.359.462)	(734.411)	(7.232)	(6.254)																																																																																																																					
Receitas e despesas operacionais	(905.617)	(143.867)	(3.199)	(3.587)																																																																																																																					
Impostos sobre lucro	83.983	(189.497)	(1.034)	-																																																																																																																					
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(260.051)	386.192	(3.675)	(2.325)																																																																																																																					
Risco	Limite 31/12/2024	31/12/2023																																																																																																																							
Incêndio e riscos diversos	663.179	545.155																																																																																																																							
Lucros cessantes	185.242	91.884																																																																																																																							
Responsabilidade civil administradores	50.000	50.000																																																																																																																							
Responsabilidade civil geral	10.000	8.000																																																																																																																							
<table border="1" style="width: 100%; margin-top: 10px;"> <thead> <tr> <th colspan="2">ARLINDO PALUDO</th> <th colspan="2">CLEUSA VENDRAMIN TELLES</th> </tr> <tr> <th colspan="2">Diretor Presidente</th> <th colspan="2">Contadora - CRC-RS 072781/O-0</th> </tr> </thead> </table>							ARLINDO PALUDO		CLEUSA VENDRAMIN TELLES		Diretor Presidente		Contadora - CRC-RS 072781/O-0																																																																																																												
ARLINDO PALUDO		CLEUSA VENDRAMIN TELLES																																																																																																																							
Diretor Presidente		Contadora - CRC-RS 072781/O-0																																																																																																																							

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da **APPPAR Participações S.A.**, Porto Alegre - RS

Opinião com Ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **APPPAR Participações S.A.** ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos assuntos descritos no parágrafo a seguir intitulado "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas", as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **APPPAR Participações S.A.**, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião com Ressalva Sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas: Investimentos: Os valores dos investimentos da Fate S.A.I.C.I., classificados na controlada Paludo Participações S.A., não foram convertidos para atendimento da totalidade das práticas contábeis adotadas no Brasil – IFRS, cujos efeitos nos Investimentos, Resultado do Exercício e, por consequência no Patrimônio Líquido, não foram possíveis quantificar.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Sociedade e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e o Relatório do Auditor: A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não tomamos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 29 de abril de 2025.

MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S - CRC-PR Nº 006472/O-1
George Angnes - Contador - CRC/PR 42667/O-1

MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S - CRC-PR Nº 006472/O-1
Flávio José dos Santos Junior - Contador CRC/PR Nº 053251/O-8 T/RS S/PR

Jornal do Comércio

PUBLICIDADE LEGAL

TEM DATA E LOCAL CERTO PARA SER PUBLICADA

Dê mais **credibilidade** e segurança à publicidade legal da sua empresa no **Jornal do Comércio**.

O 2º Caderno é publicado diariamente no digital e no impresso. Nosso portal oferece um ambiente confiável para a divulgação de atas, avisos, balanços, comunicados aos acionistas, convocações e editais. Tradição, credibilidade e tecnologia para garantir a segurança das suas publicações.

WhatsApp: (51) 3213-1342 | Email: COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR

Escaneie o QRCode abaixo e entre em contato:



PUBLICIDADE LEGAL

IRANI PAPEL E EMBALAGENS S.A. CNPJ Nº 92.791.243/0001-03 NIRE Nº 4330002799 COMPANHIA ABERTA ATA Nº 25 DE REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL 1. Data, hora e local: Realizada em 09 de abril de 2025, às 09:00 horas na Irani Papel e Embalagem S.A., na Avenida Carlos Gomes, nº 400, salas 502/503, Bairro Boa Vista, em Porto Alegre/RS, CEP 90.480-900, por vídeo conferência. **2. Presenças e mesa:** A reunião contou com a totalidade dos membros do Conselho Fiscal, e como convidados, Odivan C. Carginin, Diretor de Administração, Finanças e Relações com Investidores, Henrique Zugman, Diretor de Papel e Floresta, Marcos Antônio de Souza e Cassandra D. Pavelski, Gerentes e Camila Franco, Coordenadora, presidida pelo Sr. Rene Sanda e secretariada pela Sra. Adrielly S. Moreira. **3. Ordem do Dia:** Conhecimento da Proposta da Administração da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária; Análise e Opinião da Proposta de Aumento de Capital; Conhecimento da celebração de Contrato de Promessa de Compra e Venda de Ativos e Outras Avenças e encerramento das atividades da fábrica de Resina; Conhecimento da contratação de Crédito Rural RL Industrialização pela Companhia junto ao Banco Itaú Unibanco S.A.; e Análise de conformidade das procurações e contratos. **4. Abertura dos trabalhos:** O Presidente do Conselho Fiscal, Sr. Rene Sanda iniciou lendo a pauta da reunião e deu boas-vindas a todas as Conselheiras Fiscais e demais participantes. **5. Matérias apreciadas:** **5.1. Conhecimento da Proposta da Administração da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária.** O Conselho Fiscal analisou previamente a proposta de administração da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 2025, recomendada e aprovada em reuniões do Comitê de Auditoria e Conselho de Administração de março de 2025 e não tem óbices em relação à publicação realizada. **5.2. Análise e Opinião da Proposta de Aumento de Capital.** O Conselho Fiscal tomou conhecimento da proposta de aumento de capital para apreciação na Assembleia Geral Extraordinária de 23 de abril de 2025, nos termos do Art. 163, III, da Lei 6.404/76, mediante a capitalização das contas de reservas de lucros (reserva de retenção de lucros), no montante de R\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais), sem emissão de novas ações e emitiram parecer conforme anexo A. **5.3. Conhecimento da celebração de Contrato de Promessa de Compra e Venda de Ativos e Outras Avenças e encerramento das atividades da fábrica de Resina.** O Conselho Fiscal tomou conhecimento da aprovação do encerramento definitivo das atividades da fábrica de destilação de goma resina, localizada no município de Balneário Pinhal/RS e a consequente descontinuação deste negócio pela Companhia e ainda da celebração do Contrato, por meio do qual, a Companhia compromete-se a adquirir imóveis rurais com área total de aproximadamente 1.856 hectares, e ativos florestais de aproximadamente 1.236 hectares de *Pinus elliotti* de propriedade da Flopal, localizados no município de São José do Norte/RS, sem comentários adicionais. **5.4. Conhecimento da contratação de Crédito Rural RL Industrialização pela Companhia junto ao Banco Itaú Unibanco S.A.** O Conselho Fiscal tomou conhecimento da contratação de financiamento pela Companhia com o Banco Itaú Unibanco S.A., no valor de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões) com Crédito Rural RL Industrialização, com prazo de 24 meses, sem comentários adicionais. **5.5. Análise de conformidade das procurações e contratos.** O Conselho Fiscal tomou conhecimento dos relatórios de conformidades internos da Companhia referente as procurações e contratos, e recomendou que a análise de conformidade dos relatórios seja realizada periodicamente. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que foi por todos assinada. Porto Alegre-RS, 09 de abril de 2025. Rene Sanda - Presidente do Conselho Fiscal. Leticia Pedercini Issa e Rosângela Costa Süffert - Conselheiras Fiscais. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certífico registro sob o nº 11028687 em 29/04/2025 da Empresa IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A., CNPJ 92791243000103 e protocolo 251391949 - 23/04/2025. Autenticação: DBE04341DF2754A4691CB40FF1B4CBF311ADC8C. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 1. Data, Hora e Local: Realizada em 04 de abril de 2025 às 10:00 horas, na sede social da Irani Papel e Embalagem S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida Carlos Gomes, nº 400, Salas 502/503, Edifício João Benjamim Zaffari, Bairro Boa Vista, Porto Alegre/RS, CEP 90.480-900, de forma exclusivamente virtual, por videoconferência, nos termos do Artigo 11, §2º, do Estatuto Social da Companhia. **2. Convocação e Mesa:** A reunião foi convocada tempestivamente, nos termos do artigo 11 do Estatuto Social da Companhia e presidida por Paulo Iserhard. **3. Presenças:** Presentes a totalidade dos membros do Conselho de Administração. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre Aditivo ao Contrato Particular de Locação de Imóvel não Residencial a ser firmado com Parte Relacionada. **5. Deliberação:** Aprovar, por unanimidade de votos e sem ressalvas, observada a abstenção do Presidente do Conselho de Administração, Péricles Druck, em decorrência do conflito de interesses, o Aditivo ao Contrato Particular de Locação Industrial da Unidade de Indaiatuba (SP) nos seguintes termos: i) Metragem atualizada da área construída do imóvel objeto da locação: 27.957m² de área total, sendo considerada a área líquida de 27.371m²; ii) Prazo de vigência: 25 anos a partir de janeiro/2027; iii) Valor mensal de R\$ 542.300,00 (quinhentos e quarenta e dois mil e trezentos reais) a serem pagos a partir do mês de abril de 2025; iv) Índice de reajuste anual: IPCA-IBGE; v) Revisão do valor do aluguel: após 15 anos de vigência, contados a partir de janeiro 2027, para incorporação das benfeitorias realizadas pela Companhia no imóvel. Para atendimento da Política de Transação com Partes Relacionadas, foram contratados laudos das empresas Binswanger Brazil e da CBRE Consultoria do Brasil Ltda., que compõem o material desta reunião, para determinação do valor de mercado do aluguel e, também, a transação foi analisada pelo Comitê de Auditoria da Companhia na reunião de 17 de março de 2025, que recomendou a renegociação nas condições acima, conforme extrato da ata abaixo transcrito: "Conforme a pesquisa de mercado e os argumentos trazidos pela Administração, os membros do Comitê de Auditoria recomendam ao Conselho de Administração a aprovação do aditivo de reajuste com a nova proposta do contrato de locação das instalações industriais de Indaiatuba, SP com partes relacionadas." **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que, foi por todos assinada. (Assinaturas: Péricles Druck, Paulo Iserhard, Paulo Sergio Viana Mallmann, Roberto Faldini, Maria Cristina Capocchi Ricciardi e Carlos Fernando Souto). **7. Declaração:** Declaro que a presente é cópia fiel da ata transcrita em livro próprio. Porto Alegre, 04 de abril de 2025. Péricles Druck - Presidente do Conselho de Administração. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certífico registro sob o nº 11026838 em 28/04/2025 da Empresa IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A., CNPJ 92791243000103 e protocolo 251392341 - 22/04/2025. Autenticação: 6ED264312E8719B87E74188BD63649867C2D17. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 1. Data, hora e local: Realizada em 03 de abril de 2025 às 10:00 horas, na sede social da Irani Papel e Embalagem S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida Carlos Gomes, nº 400, Salas 502/503, Edifício João Benjamim Zaffari, Bairro Boa Vista, Porto Alegre/RS, CEP 90.480-900, de forma exclusivamente virtual, por videoconferência. **2. Presença e mesa:** A reunião contou com a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, tendo sido presidida por Péricles Druck. **3. Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) A celebração de Contrato Particular de Compra e Venda de Floresta em Pé, pela Companhia, na qualidade de compradora, e pela Global Fund Reflorestamento e Exploração de Madeira Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 14.741.819/0001-14 ("Global"), na qualidade de vendedora; (ii) Autorização para a Diretoria da Companhia a praticarem todos os atos necessários ou úteis para a efetivação das deliberações tomadas. **4. Deliberações:** Após apreciação e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração decidiram, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas: (i) Nos termos do Artigo 12, item (r) do Estatuto Social da Companhia, aprovar a celebração do Contrato Particular de Compra e Venda de Floresta em Pé ("Contrato"), entre a Companhia, como compradora, e a Global, como vendedora, de florestas em pé de pinus, localizadas em imóveis de propriedade da Companhia, com uma área plantada correspondente a 1.498,94 hectares (um mil quatrocentos e noventa e oito hectares e noventa e quatro ares) e idade média de 13 anos, situadas nos municípios de Vargem Bonita e Ponte Serrada em Santa Catarina, pelo valor de R\$ 38.000.000,00 (trinta e oito milhões de reais) a serem pagos, em parcela única, no prazo de 03 (três) dias úteis após a assinatura do Contrato; (ii) Autorizar a Diretoria da Companhia ou seus procuradores devidamente constituídos, a praticarem todos os atos necessários ou úteis para a efetivação da deliberação tomada. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que, foi por todos assinada. (Assinaturas: Péricles Druck, Paulo Iserhard, Paulo Sergio Viana Mallmann, Roberto Faldini, Maria Cristina Capocchi Ricciardi e Carlos Fernando Souto). **6. Declaração:** Declaro que a presente cópia fiel da ata transcrita em livro próprio. Porto Alegre/RS, 03 de abril de 2025. Péricles Druck - Presidente do Conselho de Administração. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certífico registro sob o nº 11014225 em 17/04/2025 da Empresa IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A., CNPJ 92791243000103 e protocolo 251293734 - 10/04/2025. Autenticação: 0AF6B327864DB4BC584BBD15B1DB87862AC68. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

Jornal do Comércio

Com o JC a informação
chega até você!

ASSINE AGORA



Telefone: (51) 3213.1300

WhatsApp: (51) 3213.1397

E-mail: vendas.assinaturas@jornaldocomercio.com.br


PUBLICIDADE LEGAL

Calçados Beira Rio S/A. - CNPJ nº 88.379.771/0001-82. NIRE 43300035247. Ata da Assembleia Geral Ordinária. Data, Hora e Local: 27/03/2025, às 8hs, de forma semipresencial, nos termos do artigo 121, § único da Lei 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10/06/2020, Anexo V, conforme alterada e consolidada, oportunizada a participação e votação presencial na sede social da Calçados Beira Rio S/A (a "Cia."), situada na Rod. RS 239, km 17,5, nº 4.400, bairro São José, em Novo Hamburgo/RS, CEP 93530-534, e à distância, por meio do sistema eletrônico disponibilizado pela Cia., na forma do edital de convocação. **Publicações:** Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras, Relatório dos Auditores Independentes e o Parecer do Conselho Fiscal publicados no Jornal do Comércio, na edição do dia 24/02/2025 (p. 2 e 3 do 2º Caderno). Os editais de convocação foram publicados no Jornal do Comércio, na edição conjunta dos dias 14, 15 e 16/03/2025, no dia 17/03/2025 e no dia 18/03/2025, (respectivamente, à página 02, à capa do 2º Caderno e à capa do 2º Caderno). As publicações foram realizadas simultaneamente no jornal impresso e no sítio eletrônico do Jornal do Comércio, em observância às normas aplicáveis. **Presenças:** Presentes acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. Presente o Diretor Presidente, Sr. Roberto Argenta, e o Diretor Administrativo-Financeiro, Sr. Clóvis Moacir Gruhlke, além do representante da auditoria independente da Cia, a Rokembach + Lahm, Villanova, Gais & Cia. Auditores, Sr. Roger Arthur Lahm, e do representante do Conselho Fiscal, Sr. Ramon de Campos Schneider. **Mesa:** Presidente - Sr. Roberto Argenta; e Secretário - Sr. Felipe de Oliveira Steffen. **Ordem do Dia:** Deliberar a respeito das seguintes matérias: (i) Examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração referentes ao exercício encerrado em 31/12/2024; (ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (iii) Eleger a Diretoria e fixar sua remuneração; e, (iv) Eleger o Conselho Fiscal e fixar a sua remuneração. **Lavratura:** Aprovada, pela unanimidade dos acionistas, a lavratura desta ata sob a forma sumária, nos termos do disposto no §1º do art. 130 da LSA. **Instalação e Deliberações:** Estando devidamente representada a totalidade do capital social, foi a Assembleia devidamente instalada, procedendo-se à análise e discussão pelos acionistas dos itens da ordem do dia e documentos correlatos, seguindo-se a adoção das seguintes deliberações: (i) **aprovar**, por unanimidade, as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração referentes ao exercício encerrado em 31/12/2024; (ii) **aprovar**, por unanimidade, a seguinte destinação do lucro líquido da Cia., no valor de R\$ 577.199.387,68 (quinhentos e setenta e sete milhões, cento e noventa e nove mil, trezentos e oitenta e sete reais e sessenta e oito centavos): (a) R\$ 28.859.969,38 (vinte e oito milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sessenta e nove reais e trinta e oito centavos) para Reserva Legal; (b) R\$ 51.993.442,68 (cinquenta e um milhões, novecentos e noventa e três mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e sessenta e oito centavos) para Reserva de Incentivos Fiscais; (c) R\$ 183.115.000,00 (cento e oitenta e três milhões, cento e quinze mil reais) a título de juros sobre o capital próprio ("JCP"), que, após a dedução do pagamento do Imposto de Renda na fonte de 15% (quinze por cento), corresponderá ao valor líquido de R\$ 163.521.695,94 (cento e sessenta e três milhões, quinhentos e vinte e um mil, seiscentos e noventa e cinco reais e noventa e quatro centavos); (d) R\$ 2.270.512,93 (dois milhões, duzentos e setenta mil, quinhentos e doze reais e noventa e três centavos) para a distribuição de dividendos aos acionistas, em adição aos JCP referidos na alínea (c) supra; (e) R\$ 310.960.462,69 (trezentos e dez milhões, novecentos e sessenta mil, quatrocentos e sessenta e dois reais com sessenta e nove centavos) para a Reserva para Investimento e Capital de Giro. O pagamento dos dividendos e dos JCP será realizado pela Companhia até o final do exercício de 2025, em 9 (nove) parcelas iguais e mensais, com o pagamento da primeira parcela até 30/04/2025; (iii) **eleger**, por unanimidade, pelo prazo estatutário de 2 (dois) anos, com mandato coincidente e unificado: a) para o cargo de **Diretor-Presidente, Sr. Roberto Argenta**, brasileiro, separado, empresário, com endereço profissional na Rod. RS 239, km 17,5, nº 4.400, na cidade de Novo Hamburgo/RS, inscrito no CPF sob o nº 140.933.240-34 e RG sob o nº 30004900312, emitido pela SSP/RS; b) para o cargo de **Diretor 1º Vice-Presidente, Sr. Heitor Vanderlei Linden**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Monteiro Lobato, nº 128, na cidade de Igrejinha/RS, inscrito no CPF sob o nº 236.130.680-87 e RG sob o nº 8014682581, emitido pela SSP/RS; c) para o cargo de **Diretor 2º Vice-Presidente, Sr. Rodrigo Argenta**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Salgado Filho, nº 124, bairro Bom Pastor, na cidade de Igrejinha/RS, inscrito no CPF sob o nº 782.130.880-34 e RG sob o nº 7065022738, emitido pela SSP/RS; d) para o cargo de **Diretor Administrativo-Financeiro, Sr. Clóvis Moacir Gruhlke**, brasileiro, divorciado, contador, residente e domiciliado na Rua República, nº 600, na cidade de Cachoeirinha/RS, inscrito no CPF sob o nº 582.703.539-49 e RG sob o nº 2114961549, emitido pela SSP/RS; e) para o cargo de **Diretora Comercial, Sra. Maribel Christiane da Silva**, brasileira, casada, empresária, residente e domiciliada na Rua Quintino Bocaiuva, nº 400, apto 1601, na cidade de Novo Hamburgo/RS, inscrita no CPF sob o nº 408.737.060-72 e RG sob o nº 502909869, emitido pela SSP/RS; f) para o cargo de **Diretor Industrial, Sr. João Arcanjo Henrich**, brasileiro, casado, administrador, residente e domiciliado na Avenida Maurício Cardoso, nº 1055, apto. 1002, na cidade de Novo Hamburgo/RS, inscrito no CPF sob o nº 436.395.260-15 e RG sob o nº 9027544361, emitido pela SSP/RS; e g) para o cargo de **Diretor de Pesquisa e Produto, Sr. Luis Carlos de Moura Marangon**, brasileiro, casado, tecnólogo em processos gerenciais, residente e domiciliado na Rua Leopoldo Hartz, nº 174, bairro Guarani, na cidade de Parobé/RS, inscrito no CPF sob o nº 810.133.100-04 e RG sob o nº 3075356364, emitido pela SSP/RS. Considerando que todos os Diretores são reeleitos os mesmos seguirão devidamente empossados em seus respectivos cargos, nos quais permanecerão até a eleição da Diretoria a ser realizada na AGO a ser realizada em 2027, de modo que seu mandato será considerado estendido até a referida eleição. Os Diretores foram dispensados da prestação de garantia para o exercício do mandato. Foi fixada a remuneração da Diretoria em até 1% (um por cento) sobre o faturamento anual bruto, deduzidas as devoluções, sendo que os pagamentos serão feitos por antecipação mensal, assim como uma participação de até 0,10 (um décimo) sobre o lucro, antes dos juros sobre o Patrimônio Líquido, podendo os valores serem antecipados trimestralmente; (iv) **aprovar**, por unanimidade, a Instalação do Conselho Fiscal, na forma do art. 24 do Estatuto Social, restando eleitos os seguintes membros: a) **Ramon de Campos Schneider**, brasileiro, nascido em 01/01/1963, casado pelo regime da comunhão universal de bens, advogado inscrito na OAB/RS sob o nº 67.249 e contador CRC/RS sob o nº 37.953 e CPF sob o nº 294.548.830-20, com endereço profissional em Porto Alegre, RS, na Rua Visconde do Rio Branco, nº 477, bairro Floresta, CEP 90220-231, tendo como seu suplente **Reginaldo da Silva dos Santos**, brasileiro, casado, contador inscrito no CRC/RS sob o nº 34.646 e CPF sob o nº 762.911.460-53, com endereço profissional em Porto Alegre, RS, na Rua Visconde do Rio Branco, 477, Bairro Floresta, CEP 90220-231; b) **Davi Lauffer**, brasileiro, casado, nascido em 05/05/1983, advogado inscrito na OAB/RS sob o nº 88.756, contador inscrito no CRC/RS sob o nº 68.299 e CPF sob o nº 823.903.470-53, com endereço profissional na Rua Lucas de Oliveira, nº 49/402, bairro Centro, Novo Hamburgo/RS, CEP 93.510-110, tendo como seu suplente **Adriano Itaborá de Almeida**, brasileiro, casado, nascido em 30/03/1971, advogado inscrito na OAB/RS sob o nº 99.859, contador inscrito no CRC/RS sob o nº 46.966 e CPF nº 575.010.170-34, com endereço profissional na Rua Lucas de Oliveira, nº 49/402, bairro Centro, Novo Hamburgo/RS, CEP 93.510-110; c) **João Carlos Sfreddo**, brasileiro, nascido em 23/09/1946, casado, contador inscrito no CRC/RS sob o nº 15.074 e CPF sob o nº 008.936.920-34, com endereço profissional na Rua Líbia, 343, bairro Vila Ipiranga, Porto Alegre/RS, CEP 91370-210, tendo como seu suplente **Rafael Vieira Grazziotin**, brasileiro, nascido em 03.03.1975, casado, advogado inscrito na OAB/RS sob o nº 46.773 e CPF sob o nº 699.623.670-34, residente e domiciliado Rua Jacinto Francisco D'Aguiar, nº 32, apto. 601, Caxias do Sul/RS, CEP 95084-280, em observância ao Acordo de Acionistas arquivado na sede da companhia. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal observará o disposto no artigo 162, § 3º, da LSA, não podendo ser inferior a R\$ 5.200,00 (cinco mil, duzentos reais) mensais para cada Conselheiro. **Protestos:** Recebidos pela mesa 02 (dois) documentos do acionista Sr. Heitor Vanderlei Linden. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, sendo lavrada a presente ata, cópia fiel da que se encontra lavrada em livro próprio da Cia., a qual foi por todos os presentes lida, aprovada e assinada. Presidente e Secretário declaram que todos os requisitos para a realização da assembleia e para a elaboração da presente ata foram atendidos. **Acionistas:** Roberto Argenta, Alexandre Grendene Bartelle p.p. Leonardo Vesoloski, Heitor Vanderlei Linden p.p. Paulo Lutero Natividade Gall, Fundação Antônio Meneghetti p.p. Lúcio André Müller Lorenzon. A presente ata trata-se de cópia fiel da que se encontra lavrada em livro próprio da Companhia. Assinatura: **Roberto Argenta** - Presidente. **Felipe de Oliveira Steffen** - Secretário. **JUCISRS**. Certífico registro sob o nº 11020142 em 23/04/2025 da Empresa CALCADOS BEIRA RIO S/A, CNPJ 88379771000182 e protocolo 251176720 - 15/04/2025. Autenticação: 4D786AAFE74AAF3FA70FC56B1C59C9462263F32. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 25/117.672-0 e o código de segurança RKJv. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/04/2025 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral. **Ascol**



O jornal de economia e negócios do RS

ASSINE AGORA



Com o JC a informação chega até você!

Telefone: (51) 3213.1300
 WhatsApp: (51) 3213.1397
 E-mail: vendas.assinaturas@jornaldocomercio.com.br